

Recebimento: 10/09/2021

Aceite: 24/11/2021

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE SABER?¹

REGIONAL DEVELOPMENT: BUILDING A FIELD OF KNOWLEDGE?

Ivo Marcos Theis²

Jandir Ferrera de Lima³

Nilton Marques de Oliveira⁴

José Luciano Albino Barbosa⁵

Rainer Randolph⁶

Resumo

Vivencia-se um quadro global, nacional, regional e local de crises econômica, social, política e ideológica, esta conjuntura nos leva a pensar um novo olhar sobre o processo de desenvolvimento regional como um novo campo de saber. Assim sendo, este artigo discute o desenvolvimento regional como um possível campo do saber. Utilizou-se de um ferramental metodológico exploratório e à guisa da literatura. Os principais resultados apontam que o debate do desenvolvimento regional como novo campo do saber tem produzido ações e políticas públicas no interior e nas médias cidades brasileiras, fato demonstrado pelo aumento dos cursos de pós-graduação no interior do país. Esse campo de saber não deve ser relegado a um segundo ou terceiro plano, considerando projetos políticos que parecem esquecer a importância da causa do desenvolvimento regional e social para a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Ciência Regional; Planejamento Regional;

Abstract

¹ Artigo apresentado no V Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES/2021) – Inovação, Sociedade e Desenvolvimento Regional: Repercussões e contradições nos territórios, ocorrido nos dias, 24, 25 e 26 de março de 2021. Universidade de Taubaté/Taubaté/SP. ISSN 2358-5307.

² Doutor em Geografia (University of Tübingen, Alemanha). Professor da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau – SC, Brasil. E-mail: theis@furb.br

³ Ph.D em Desenvolvimento Regional (Université du Québec, Canadá). Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Mestrado e Doutorado - da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Pesquisador e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail : jandir@unioeste.br

⁴ Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE). Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do curso de Ciências Econômica da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Palmas – TO, Brasil. E-mail: niltonmarques@uft.edu.br

⁵ Doutor em Sociologia (UFPB). Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro – PB, Brasil. E-mail: lucianoalbino@yahoo.com.br

⁶ Doutor em Ciências Econômicas e Sociais (Universitat Erlangen-Nurnberg, Alemanha). Professor Titular aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor Colaborador Voluntário no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro – RJ, Brasil. E-mail: rainer.randolph@gmail.com

We are experiencing a global, national, regional and local context of economic, social, political and ideological crises, and this situation leads us to think of a new perspective at the regional development process as a new field of knowledge. Therefore, this paper discusses regional development as a possible field of knowledge. An exploratory methodological tool was used based on the literature. The main results show that the debate on regional development as a new field of knowledge has produced actions and public policies in the countryside and medium-sized Brazilian cities, a fact demonstrated by the increase in postgraduate courses in the countryside of Brazil. This field of knowledge should not be relegated to a second or third level, considering political projects that seem to forget the importance of the cause of regional and social development for Brazilian society.

Keywords: Regional Development; Regional Science; Regional Planning

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir o desenvolvimento regional como um possível campo do saber. Para tanto, utilizou-se de caráter reflexivo teórico-conceitual, fundamentado em uma revisão analítica da literatura. Um fato é concreto, o debate sobre desenvolvimento regional ganhou força, tendo sido estabelecidos um novo campo de pesquisa e a formação de novos pesquisadores e profissionais na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia - CAPES. Esses novos pesquisadores estão elaborando políticas públicas e ações para intensificar e reduzir as disparidades sociais e econômicas, melhorando, assim, o processo de desenvolvimento das regiões. Nota-se, também, a interiorização pelo Brasil dos cursos de pós-graduação na área de desenvolvimento regional.

Após este breve relato, estamos vivenciando um quadro global, nacional, regional e local de crises econômica, social, política e ideológica. Esta conjuntura nos leva a pensar um novo olhar sobre o processo de desenvolvimento regional como um novo campo de saber. Nas palavras de Furtado (1971; 2013), o desenvolvimento socioeconômico significa um estado dito ideal da sociedade, alcançado pela incorporação do progresso técnico com um dinamismo endógeno, sendo necessários mecanismos de socialização do excedente, de forma a impulsionar a dialética “*inovação versus difusão*” do progresso técnico, em uma combinação de aumento da riqueza da nação e de uma crescente elevação do bem-estar do conjunto da população. Nesta mesma linha, Lopes (1984) afirma que os benefícios do desenvolvimento socioeconômico devem ser para todos os indivíduos, devendo ser consideradas sua localização e a localização dos recursos (naturais ou humanos) para a implementação das políticas, de forma a serem as localizações no espaço que condicionam o desenvolvimento, sendo este mesmo desenvolvimento o condicionador das características espaciais. Dessa forma, o desenvolvimento regional compreende uma análise de fatores sociais e econômicos no interior de uma região, fatores esses que compõem a mobilidade espacial do capital, do trabalho e das inovações. Tais fatores, quando bem empregados em determinada região, podem reduzir ou acelerar as desigualdades regionais.

Neste cenário, o desenvolvimento regional constitui um processo de transformação social, econômica, cultural e política. Essas transformações são questões centrais para entender a evolução da dinâmica dos setores produtivos de uma região. Com o advento da globalização, ganhou força a integração econômica, que acabou ditando as regras dos sistemas produtivos e financeiros, bem como dos mercados de bens e serviços, as regiões tiveram que se reinventar para sobreviver e a competitividade e a inovação trouxeram novos métodos de produção e gestão. Essa reinvenção incentivou a participação das comunidades no debate sobre o desenvolvimento regional/local, produzindo resultados diferentes em todo o mundo.

Isto posto, este trabalho está estruturado da seguinte forma, além desta introdução. Na primeira seção, trata-se o desenvolvimento regional como um possível novo “campo”; na mesma direção, a segunda seção, traz uma reflexão sobre desenvolvimento regional como um novo campo do saber à luz da ciência regional. Na terceira seção, traz os seguintes questionamentos: O que seria um “campo de saber”? Um conjunto de conhecimentos mais ou menos corrente e coeso? Como ele se produz ou se constitui? Quando ainda não existe o pressuposto quando se fala do campo de saber de desenvolvimento regional”, quais as influências e determinações da sua formação? Na quarta seção, faz um levantamento do pensar o regional na contemporaneidade, toma como espaço as pesquisas e

os trabalhos desenvolvidos pelos programas de pós-graduação, analisando a dinâmica da construção intelectual do desenvolvimento regional brasileiro. Por fim, não menos importante, as considerações finais.

Desenvolvimento regional: um novo “campo”?

O que se pretende aqui é explorar, brevemente, a possibilidade de passar a tratar “desenvolvimento regional” como um possível novo campo⁷. Três breves passos serão dados com vistas a formular uma proposição que convirja com este intento. Primeiramente, será importante recordar as disciplinas de “origem”. Recorrendo a uma prosopopeia: de onde têm “falado” os estudos de desenvolvimento regional até aqui? Em segundo lugar, será preciso passar, uma vez mais, pela dicotomia ‘conhecimento positivo’ e ‘conhecimento normativo’, agora, desde o ponto de onde se busca formular uma noção de desenvolvimento regional que possa caracterizar um campo. E, em terceiro lugar, será sugerido que, com desenvolvimento regional, se está na presença de uma “teoria de médio alcance”, se não um pré-requisito, então, pelo menos, uma condição importante para o reconhecimento do desenvolvimento regional como um campo de maior autonomia.

Primeiro passo: de que disciplinas têm partido os estudos conhecidos de desenvolvimento regional? Cabe lembrar que desenvolvimento regional pressupõe o desenvolvimento de uma região. Por isso, trata-se de perguntar: O que é região? O que é desenvolvimento? Sem muitas dúvidas, as respostas têm sido buscadas principalmente na geografia e na economia.

Contudo, desenvolvimento regional não resulta apenas do que aportam essas duas disciplinas. Evidentemente, não é o caso de insistir em contatos com o que é estranho ou distante, tampouco forçar interfaces com “Planejamento Urbano e Regional”, isto é, com a área na qual está contida a subárea de desenvolvimento regional quando se lida com a pós-graduação. Aliás, cumpre lembrar que a Economia e a Geografia são “áreas” autônomas na classificação da Capes. Então, voltando ao ponto, o que aqui se designa como desenvolvimento regional também se nutre de outras fontes, com destaque para a Sociologia, a Ciência Política, a Antropologia⁸, a História e, eventualmente, o Direito e a Arquitetura. De forma que, ao invés de limitar as vozes do que seja desenvolvimento regional ao que emana de uma ou duas disciplinas, podem e devem ser mobilizados outros campos de conhecimento, já que este passa a ser um pressuposto daqui por diante, assim, desenvolvimento regional tem assumido, talvez mais destacadamente no âmbito dos PPG, um nítido caráter interdisciplinar⁹. Por consequência, outro desafio que se apresenta para os estudos do desenvolvimento regional consiste em inventariar a produção intelectual sobre desenvolvimento regional, o qual tem origem não apenas na Economia e na Geografia (mais ou menos conhecida), mas, sobretudo, nas outras disciplinas acima referidas (mais ou menos desconhecida).

Segundo passo: no que se refere à dicotomia ‘conhecimento positivo’ e ‘conhecimento normativo’, é preciso reconhecer que ela não está apenas devidamente disseminada, mas também parece suficientemente didática para indicar diferenças entre *o que existe* e *o que se deseja que exista*. Entretanto, a distinção entre o fato objetivo e concreto – que, em tese, corresponde à realidade tal como ela (supostamente) é – e a manifestação idealizada subjetiva – que indica como a realidade deveria ser – são, na verdade, inadequadas para diferenciar desenvolvimento regional como dado empírico, de um lado, e como propósito conscientemente delineado, de outro. A inadequação dessa distinção repousa em algumas dificuldades. Talvez a mais importante seja que a “realidade tal como

⁷ Entende-se por campo um espaço que dispõe de alguma autonomia, portanto, governado por normas e regras próprias. Apesar disso, um campo não pode ser dissociado de seu entorno, pelo qual é, em menor ou maior grau, condicionado. Internamente, um campo implica conflito entre os “agentes” que o integram, visando à conquista ou à preservação de posições. Hierarquias se estabelecem (e se desfazem) em conformidade com o “capital” detido por cada agente do respectivo campo. Compromissos celebrados entre os agentes podem aplacar conflitos e assegurar, temporariamente, alguma estabilidade ao campo. Mas, se, por um lado, tensões internas podem ser contidas, por outro, ameaças oriundas do entorno também podem gerar insegurança. Se, como parece evidente, o entendimento de campo sugere constante movimento, então, essa noção tem um caráter inequivocamente relacional (BOURDIEU, 2004).

⁸ Apenas para exemplificar, pode-se formular uma “acepção” ancorada na Antropologia, segundo a qual “é a história que faz uma região [...] seus múltiplos planos não se encaixam em limites geográficos [...] A questão torna-se mais complexa quando [se indaga] de que história [se está] falando. Quem são seus protagonistas? Quais [são] as categorias discursivas acionadas? Como as narrativas de experiências são acionadas, contadas e recontadas? Quais [são] as categorias silenciadas?” (RENCK, 2004, p. 12)

⁹ Aliás, dependendo do sentido que se lhe conferir, parece pertinente reconhecer à expressão “desenvolvimento regional” também um caráter pluridisciplinar ou transdisciplinar (MATTEDI; THEIS, 2002).

ela supostamente é” não se distingue, assim, sem mais, da “realidade tal como ela deveria ser”. Afinal, se a realidade é dinâmica, fato concreto e propósito conscientemente delineado encontrar-se-ão imbricados¹⁰. Ou seja, a distinção entre uma dimensão positiva e uma dimensão normativa, como postulada pelo positivismo, é, por princípio, arbitrária.

E o caso do desenvolvimento regional não foge à regra. Dessa dificuldade decorre outra: a rigor, se “houvesse” desenvolvimento regional – não importa o que isso signifique –, então, não existiria razão para modificar a realidade, para fazê-la tornar-se aquilo que “ela deveria ser”. De maneira que o “fato” consumado do desenvolvimento regional dispensaria a formulação de uma “política” de desenvolvimento regional. Dito de outra maneira: a distinção é inadequada se se considerar que a “intenção” do desenvolvimento regional faz sentido apenas em face da “inexistência” de desenvolvimento regional. O fato contra o qual se posiciona qualquer intenção (como a realidade deveria ser) de desenvolvimento regional teria que ser a “falta” (como a realidade supostamente é) de desenvolvimento regional. Esta “falta” pode ser traduzida, por exemplo, por disparidades regionais. Neste caso, a existência de desigualdades (sociais, econômicas, políticas...) entre regiões é o que convidaria a modificar a realidade em favor de um “desenvolvimento regional”, vale dizer, em prol de uma redução nas disparidades regionais.

Terceiro passo: desenvolvimento regional é uma teoria? Ou não passa de uma hipótese? Na realidade, desenvolvimento regional não é nem uma simples hipótese nem uma consistente teoria, mas algo que se situa entre a hipótese e a teoria. Não sendo nem hipótese nem teoria, sugere-se que desenvolvimento regional seja uma teoria de médio alcance. Teorias desse tipo são:

“teorias intermediárias entre as pequenas, mas hipóteses necessárias de trabalho que surgem [...] durante a rotina das pesquisas diárias e os amplos esforços sistemáticos para desenvolver uma teoria unificada, capaz de explicar todas as uniformidades observadas de comportamento, organização e mudança sociais” (MERTON, 1970, p. 51).

Essa modalidade de teorias, não sendo nem pequenas e insignificantes hipóteses nem grandes e consistentes teorias (como, por exemplo, os sistemas teóricos da economia, da sociologia etc.), é utilizada, sobretudo, como uma espécie de guia para investigações empíricas, ocupando:

“uma situação intermediária entre as teorias gerais de sistemas sociais, as quais estão muito afastadas das espécies particulares de comportamento, organização e mudança sociais para explicar o que é observado, e as minuciosas ordenadas descrições de pormenores que não estão de modo algum generalizados” (MERTON, 1970, p. 51).

Abstrações também podem estar presentes em “teorias de médio alcance”. No entanto, elas estão bem mais próximas da realidade social em questão, de maneira que possam ser testadas empiricamente. Assim, as teorias de médio alcance, como sugerido no caso do desenvolvimento regional, por envolverem aspectos limitados da realidade social, não poderiam se confundir com grandes teorias, não obstante sejam mais que simples hipóteses (MERTON, 1970, p. 51).

Dados os passos anunciados no início - (a) a constatação de que desenvolvimento regional não deve ser limitado ao que emana de uma ou duas disciplinas, na medida em que, devido ao seu evidente caráter interdisciplinar, tende a se articular com outros campos de conhecimento, (b) a consideração de que distinção entre o fato objetivo e concreto e a manifestação idealizada subjetiva é inadequada para diferenciar desenvolvimento regional como dado empírico, de um lado, e propósito conscientemente delineado, de outro, e (c) a sugestão de que com desenvolvimento regional se esteja na presença de uma “teoria de médio alcance” - talvez tenham sido atendidas algumas condições importantes para a formulação de uma proposição que contribua para o reconhecimento do desenvolvimento regional como um campo de maior autonomia. Então, qual é mesmo a questão?

A pergunta-chave parece ser: “o que é desenvolvimento regional desde a perspectiva sociocultural brasileira?” Pode-se tomar como ponto de partida a acima referida inadequação da

¹⁰ De minha parte, simpatizo com a ideia de que “o objetivo não é compreender a realidade [como ela é], mas compreender [...] suas contradições como parte da luta para mudar o mundo” (HOLLOWAY, 2003, p. 177).

distinção entre fato e intenção. Desenvolvimento regional é algo “bom”, que não existe, uma resposta a algo “ruim”, que existe, desigualdades (sociais, econômicas, políticas...) entre regiões, as tais disparidades regionais. E de que resultam as disparidades regionais? Numa economia capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas sobre dado território produz desigualdades, sobretudo, porque, em cada “região”, a provisão de meios de produção é, quantitativa e qualitativamente, diferenciada assim como é diferenciada a produtividade de sua força de trabalho. Uma vez atuando a força de trabalho sobre os recursos produtivos mobilizados para a produção de mercadorias em cada região, no âmbito de dada formação nacional, o território será progressivamente alterado e, de “meio natural”, ele, progressivamente, se converte em “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS; SILVEIRA, 2013).

Essa divisão territorial do trabalho evoluirá para a coexistência de (ou a coordenação entre) algumas grandes metrópoles, numerosas cidades médias, muitos pequenos centros urbanos em que serão desenvolvidas atividades industriais e de serviços, e para o “espaço rural” em que, com cada vez maior auxílio da indústria, serão desenvolvidas atividades primárias (agricultura, pecuária, mineração etc.). Essa divisão socioespacial do trabalho configura uma paisagem em permanente modificação, marcada pela produção contínua de desigualdades. Portanto, desenvolvimento regional é “o” remédio com que se procura combater as desigualdades. No entanto, não existe apenas “um” remédio para as disparidades regionais. Não parece despropositado notar que a expressão “desenvolvimento regional” já sugere uma divergência em relação às desigualdades, sendo preferível desenvolvimento regional a disparidades regionais.

Todavia, existem, pelo menos, três possibilidades de enfrentar as disparidades regionais, portanto, de promover o desenvolvimento regional, com suas respectivas implicações teóricas e políticas, o que remete a um debate travado no âmbito da Geografia Econômica. Para um primeiro enfoque, desigualdades só podem ser corrigidas pelo mercado; para outro, desigualdades só podem ser corrigidas pelo Estado; e, para o terceiro, desigualdades deveriam/poderiam ser evitadas pela superação das condições materiais que, continuamente, as recriam.

O primeiro enfoque recomenda deixar que o mercado se autorregule sem a intervenção de grupos organizados da sociedade (os trabalhadores, através de sindicatos...) nem a do Estado. Para seus advogados, as desigualdades resultam de/são agravadas por (demasiada) intervenção estatal. A despeito de reconhecer a hegemonia do argumento liberal no debate, investir no seu detalhamento seria desperdício de tempo e de papel, que são escassos.

O segundo enfoque propõe a intervenção do Estado. O diagnóstico é de que o mercado autorregulado é uma ficção, e deixando que ele funcione sem coordenação, inevitavelmente serão produzidas desigualdades. Há, portanto, dois pontos a considerar: é preciso (a) corrigir as desigualdades e (b) regular o mercado que as produz. Começando por este último, o Estado deve regular o mercado que gera desigualdades (por exemplo, por meio de leis etc.). Assim, a presença do Estado, este agente incumbido de “coordenar” o mercado, atenuaria a geração de desigualdades socioespaciais. Já com relação às desigualdades diagnosticadas, para elas têm sido sugeridas - e de fato, elas têm sido enfrentadas - medidas ou políticas baseadas no crescimento econômico das regiões “perdedoras” ou “deprimidas”, visando a nivelá-las com as regiões “ganhadoras”. Não é difícil perceber, aqui, uma recomendação para “andar em círculos”: os meios sugeridos para combater o “mal” são os mesmos que o provocam, ou dito com todas as letras, as desigualdades inter-regionais diagnosticadas, resultantes de um crescimento econômico desigual, são, supostamente, mais bem combatidas com crescimento econômico - as regiões “perdedoras” a taxas mais elevadas que as “ganhadoras”. Um problema adicional se apresenta para os intervencionistas: empiricamente as desigualdades estão por toda parte, crescendo por toda parte, apesar de o Estado se encontrar por toda parte. De maneira que a presença do Estado, ao invés de promover o enfrentamento das desigualdades, talvez tenha se tornado funcional à sua existência e continuidade.

O terceiro enfoque elege a autonomia de cada comunidade regional na definição de seu projeto societário. Aqui não se desconhece nem o mercado nem o Estado, tampouco se ignora a existência da moderna sociedade produtora de mercadorias, da qual o mercado e o Estado são instituições ancilares. Mas, precisamente por isso, o remédio mais indicado para combater as desigualdades socioespaciais não poderia cingir-se às medidas postuladas pelos dois enfoques anteriores. O diagnóstico, aliás, é outro: mantida intacta a moderna sociedade produtora de mercadorias (com sua base produtiva e correspondente superestrutura), dado que aí incidem todos os efeitos do desenvolvimento geográfico desigual, as disparidades inter-regionais tendem a se reproduzir continuamente. Logo, será inócua a espera (passiva) pela ação do Estado por meio de

políticas de desenvolvimento regional para que sejam atenuadas ou mesmo extintas as desigualdades socioespaciais.

As desigualdades poderão ser extintas se os membros das comunidades regionais resistirem (ativamente) à permanente coação do capital para que sejam destituídos (do controle) de seus meios de vida; sendo assalariados, se (também ativamente) reconquistarem os meios com os quais podem prover a si e aos seus das condições materiais e espirituais para uma vida digna. Em síntese: as desigualdades poderão ser extintas se os membros das comunidades regionais recuperarem sua autonomia. Em uma formação social periférica e dependente (em relação às formações sociais que vêm comandando a economia-mundo) como a brasileira, é a utopia concreta com que se pode formular uma noção de desenvolvimento regional.

Desenvolvimento Regional e Ciência Regional

O desenvolvimento regional e a Ciência Regional tem um elo muito estreito de ligação. Enquanto as teorias do desenvolvimento regional surgiram a partir dos anos 1960 na sequência das teorias da localização, a Ciência Regional surgiu ainda na década de 1950 para repensar uma nova teorização e novas abordagens para os fenômenos regionais, incluindo o processo de desenvolvimento.

Na concepção das teorias da localização, a organização espacial das redes de cidades servia para otimizar a proximidade, os meios de transporte, a distribuição da população. Essa otimização estimulava novas aglomerações, novas centralidades e áreas de mercado. Isso demonstra que o espaço não é neutro, mas reflexo das ações humanas (LACOUR; GASHET, 2002). Ou seja, as teorias da localização inseriram os elementos distância, espaço e lugar no debate da organização espacial e das atividades produtivas. Porém, elas ainda não eram teorizações suficientes para explicar por que razão determinadas regiões, mesmo sem atrativos locais, avançavam mais do que outras em termos de desenvolvimento. As teorias da localização não levavam em consideração aspectos sistêmicos e relacionais do desenvolvimento socioeconômico, que exigiam uma abordagem interdisciplinar. Nesse quesito, tanto a Ciência Regional quanto as teorias do desenvolvimento regional surgiram para explicar lacunas deixadas pelas teorias da localização.

As teorias do desenvolvimento regional tem uma grande amplitude, pois englobam conceitos que surgem da área de economia do desenvolvimento, sociologia do desenvolvimento, políticas de desenvolvimento e se reproduzem ao longo de várias teorizações e contribuições (MARQUES DE OLIVERA, 2021). E as teorizações do desenvolvimento regional são incorporadas pelos pesquisadores que se integram à construção da chamada Ciência Regional e suas abordagens multi e interdisciplinar, o que implicou na incorporação de explicações do fenômeno regional a partir de diferentes escolas de pensamento e ciências. No entanto, a ideia atual do desenvolvimento, uma das principais inspiradoras da ideia do desenvolvimento regional, remonta a François Perroux e seus estudos sobre os polos de crescimento e desenvolvimento. Para ele, o desenvolvimento era uma mudança social e mental que conduziria ao crescimento econômico e a melhorias nas condições de vida (PERROUX, 1962). Essa concepção exige análises mais abrangentes e com outras dimensões, que não apenas a pura abordagem quantitativa, mas mais sistêmica com outras concepções. Assim, na evolução da economia espacial, das teorias do desenvolvimento econômico e das próprias ciências sociais, surgiu a concepção de Ciência Regional para explicar o processo de desenvolvimento no âmbito das regiões.

O termo Ciência Regional foi forjado por Walter Isard, numa tentativa de criar uma escola que pudesse englobar os pesquisadores do desenvolvimento regional numa única linha de análise. A Ciência Regional, segundo Proulx (1996, p 05) “(...) busca explicar as diferenças ambientais, sociais, culturais, políticas e econômicas entre as diferentes regiões que formam o território nacional (...)”. O desenvolvimento, que antes era apenas um objeto de pesquisa e preocupação dos economistas, ganha uma nova ênfase no trabalho dos geógrafos, historiadores, sociólogos, cientistas políticos e antropólogos. Ganha também a alcunha de “desenvolvimento regional” como uma etapa e um processo, cuja dimensão transcende o corpo teórico de uma única escola de pensamento.

Com isso, pode-se perceber que a explicação do desenvolvimento de diferentes comunidades, que habitam espaços semelhantes e exploram recursos naturais de uma mesma magnitude, residia em conceitos e concepções muito mais amplas que a simples acumulação de riqueza física. As mudanças no modo de vida e o progresso das comunidades no seio das regiões emergem como um desafio a novas abordagens de desenvolvimento que congreguem uma série de fatores, elementos e

particularidades regionais. Mais que os recursos materiais, há elementos intangíveis e, algumas vezes, não quantificáveis, que influenciam a dinâmica socioeconômica das regiões e no seu estágio de desenvolvimento.

Se a interpretação do desenvolvimento regional busca conhecer o papel do espaço, da política pública e dos territórios na melhoria da qualidade de vida e no progresso econômico das regiões, então ela interage com conceitos da geografia humana e regional, da economia regional e urbana, do planejamento urbano e regional, numa gama ampla de relações. Enquanto na economia espacial e na teoria da localização são os elementos geográficos e suas características particulares que têm importância, nas teorias do desenvolvimento regional, há um conjunto mais amplo de relações econômicas e sociais que têm como lugar de articulação as regiões. Isso não significa que as relações produzidas nas regiões, sejam elas tangíveis ou intangíveis, conduzem a transformações no espaço (CLAVAL, 1995; 2012).

O desenvolvimento regional como um fenômeno que ocorrer na região congrega interpretações analíticas dos territórios, das ocupações, das interações entre os diferentes espaços e suas condições de vida material. Por isso, o papel das forças produtivas na transformação do espaço e das relações sociais ganhou relevância na ideia do desenvolvimento e como seu elemento de transformação. Mas, ao longo do tempo, coube às discussões do desenvolvimento regional incorporar um conhecimento multidisciplinar trazido pelas teorizações do desenvolvimento e agregá-las às teorias da localização dentro de um novo campo do saber: a Ciência Regional. Em si, o desenvolvimento regional compõe a Ciência Regional (FERRERA DE LIMA, 2020).

No caso brasileiro, os cientistas regionais, além de contribuírem na reflexão do perfil do desenvolvimento e nas ações para intensificar e melhorar o processo de desenvolvimento das regiões, eles incorporaram à pós graduação e, em especial, aos Programas na área Planejamento Urbano e Regional/Demografia/Desenvolvimento Regional, um elemento inerente à ciência regional: a interdisciplinaridade. O documento da área (CAPES, 2016, pp. 08-09) aponta duas vertentes na definição da interdisciplinaridade: o diálogo e as colaborações entre as disciplinas científicas, tanto na discussão acadêmica em classe como na pesquisa científica; e os condicionantes históricos que conduzem à interdisciplinaridade, ou seja, ela é produto das condições históricas e sociais da época em que vivemos.

Segundo Ferrera de Lima (2020) ao tratar a categoria região e seu processo de desenvolvimento, em que interferem elementos tangíveis e intangíveis, mensuráveis e imensuráveis, a interdisciplinaridade se impõe a determinadas linhas de pesquisa. Assim, cientes ou não, os pesquisadores vinculados aos programas e estudos na área de desenvolvimento regional se inserem na construção da Ciência Regional brasileira. A forma como o espaço se organiza, os centros urbanos se formam em função das atividades produtivas ainda demandam teorizações para explicar o porquê determinadas regiões, mesmo sem atrativos locais, avançam mais do que outras em termos de desenvolvimento. Ou seja, o desenvolvimento regional nada mais é do que um campo de saber de uma ciência em construção.

Elementos de um campo de saber em política e planejamento regional

Início esta seção perguntando: o que seria um “campo de saber”? Um conjunto de conhecimentos mais ou menos corrente e coeso? Como ele se produz ou constitui? Quando ele ainda não existe – o pressuposto quando se fala do campo de saber de “Desenvolvimento Regional”, quais as influências e determinações da formação dele? Sem procurar dar respostas a esses questionamentos e não cair numa circularidade – “arte é aquilo que o artista faz” – propõe-se aqui o primeiro passo de um processo iterativo:

i). atribuir a determinadas práticas de produção de saber (ou conhecimento) o potencial de contribuir para a conformação de um campo em que a indicação dessas práticas não pode pressupor a existência deste campo;

ii). uma vez delimitadas essas práticas, às quais se atribui um potencial de formar um determinado campo, identificar como um campo de saber começa a se constituir e avaliar criticamente o resultado deste processo; e

iii) procurar agregar outras práticas de produção de saber, às quais se atribui um potencial segundo as primeiras delimitações e um campo.

Essas limitações da análise do presente texto se referem às condições de produção e divulgação do saber: i) reduzir a pretensão do texto, ao invés do campo “Desenvolvimento Regional”,

sendo a proposta contribuir para o campo da “Política e Planejamento Regional”, entendida como um “subcampo”; ii) entre a multiplicidade de saberes que podem formar um campo (senso comum, político, técnico-instrumental, científico, acadêmico etc.), esse exercício vai se limitar a um saber produzido no âmbito da academia por pesquisadores que consideram seu saber vinculado àquele subcampo (política e planejamento regional); iii) o acesso a este saber se dá através da sua publicação por revistas acadêmicas (no Brasil), às quais os produtores submetem este saber, cuja divulgação passa, ainda, por um filtro que cada uma dessas revistas estabelece (originalidade, critérios de qualidade, linha editorial etc.); iv) por último, a delimitação mais restritiva, que é não ser possível contemplar todas ou pelo menos uma parte representativa de revistas, cuja linha editorial está voltada para a política e o planejamento regional. Para viabilizar, a análise se restringiu a uma única revista e suas publicações num período recente e limitado (2014 a 2017): a Revista Política e Planejamento Regional (RPPR).

Portanto, a presente contribuição para desenhar um campo de saber está bastante limitada. Já propusemos, em outro momentos, que um estudo mais abrangente e sistemático fosse feito com todas as revistas da área de Desenvolvimento Regional.

Não há necessidade de entrar em detalhes sobre a linha editorial da revista porque estamos interessados em analisar e sistematizar como o campo se estabelece na “prática” pela opção dos autores em submeter textos. Há, obviamente, critérios para essa decisão, que não dependem apenas de uma suposta “aderência” dos textos à linha editorial da revista. Critérios como Qualis da revista, presença em bases de dados e indexadores, tempo para publicação etc. devem também influenciar o envio de textos para uma ou outra revista. Essas razões “pragmáticas” não serão contempladas aqui. A Tabela 1 sintetiza as publicações dos artigos entre 2014 e 2018, com seus respectivos números bem como o números de autores.

Tabela 1: Número de artigos, dossiê e autores publicados pela Revista Política e Planejamento Regional (RPPR) entre 2014 e 2018

Ano	vol.	Nº	Artigos publicados	Dossiê etc.	Nº de autores
2014	1	1	8		10
	1	2	8	4	16
2015	2	1	10		15
	2	2	10		14
2016	3	1	7		15
	3	2	9		16
2017	4	1	8		15
	4	2	7	1	13
2018			67	5	114
	5	1	6	1	11
	5	2	6		10
Previsão	5	3	7		

Fonte: Revista Política e Planejamento Regional (RPPR), 2018

A análise foi feita com a adoção de três critérios: i) **Localização (regional) das instituições** nas quais os autores produziram os textos que efetivamente foram publicados (a taxa de reprovação de submissões varia no tempo e não tem relevância aqui). Essa localização parece importante para balizar a produção do saber e, assim, sua contribuição para o campo; ii) **Agrupamento em campos temáticos** dos textos publicados em quatro volumes da revista (2014 a 2017) será considerado como primeira aproximação (vide acima) a um campo de saber construído em política e planejamento regional; iii) **Referências espaciais/territoriais** usadas em artigos “aplicados” que trazem um conhecimento mais empírico-concreto sobre determinada temática como sua principal contribuição. Neste caso, será confrontada a localização territorial com as temáticas tratadas destes artigos.

Consoante os critérios adotadas, os resultados podem ser sintetizados nas Tabelas 2 e 3. A Tabela 2 apresenta a distribuição regional das instituições de origem dos autores. A região Sudeste tem a maior participação percentual (40,0%), seguida da região Sul (21,5%), Nordeste (12,7%) e a

região Norte e as instituições estrangeiras partipam com 8,8%. A menor participação ficou com a Região Centro-Oeste, 7,8%.

Tabela 2: Distribuição dos artigos publicados por região de origem dos autores

Região	Nº	Porcentagem
Norte	9	9%
Nordeste	13	13%
Sudeste	41	40%
Sul	22	22%
Centro-Oeste	8	8%
Estrangeiro	9	9%
Total	102	100%

Fonte: Revista Política e Planejamento Regional (RPPR), 2018

A Tabela 3 descreve os assuntos temáticos por região, Estado e números de publicações.

Tabela 3: Assuntos temáticos territorial por região e Estado

Região	Estado	nº de publicações	assuntos
Geral / Brasil		22	federalismo, desenvolvimento (regional), desigualdades, política, planejamento e estratégias, agentes, arranjos, escalas, PNDR, capacidades estatais e governança colaborativa, inovação, reforma agrária, comunidades rurais, conflitos, território, transportes, redes
N	AM – terr.	2	impactos ambientais - plano nacional de mineração; idem – sustentabilidade;
	RO/PA	2	BNDES – socio-ambiental; FNO
	Matopiba	1	agricultura subdesenvolvida
	Centro Norte	1	desenvolvimento regional
	Total	6	
NE		5	desigualdades nas mesorregiões; cultura e política; política da água; mudanças climáticas; Operação NE e PNDR;
	PB	3	revitalização Rio São Francisco; PCT; polo regional de serviços
	RN	2	PNAE; expansão do ensino superior;
	PE	1	cultura no campo das políticas públicas – povos tradicionais – pop. rurais;
	MA	1	planejamento territorial;
	BA	1	Assessoria técnica – reforma agrária
	Total	13	
SE		6	Porto do Açu (2x); governança e desenv. territorial; região serrana; interiorização do turismo; periferia metropolitana;
	RJ	3	mobilidade pendular; expansão metropolitanas; governança territorial;
	SP	2	áreas de transição rural-urbana; etnodesenvolvimento pela agricultura, expansão da fronteira minerária;
	ES	2	
	MG	1	
	Total	12	
Sul		2	escalas de poder - políticas desenv. regional; programa de combate às desigualdades regionais;
	RS	2	turismo solidário em comunidades tradicionais; desafios escalares
	PR	2	mudança da política de descentralização;
	SC	1	
	Total	4	
C-O		2	metropolização da região; eixo Brasília-Anápolis-Goiânia
	DF	2	território rural;
	MT	1	
	Total	3	
Múltiplos >2		2	desenvolvimento e guerra fiscal; cooperação interfederativa
Estrangeiro	AL	1	
	Argentina	4	
	Uruguai	1	
	Peru	1	
	Colômbia	1	
	Total	8	

Fonte: Revista Política e Planejamento Regional (RPPR), 2018

Nos tempos atuais, o desafio que este “campo de saber”, que está relacionado à “política e ao planejamento regional”, enfrenta é de não ser, novamente, relegado a um segundo ou terceiro plano

em razão de projetos políticos que parecem “esquecer” a importância da causa do desenvolvimento regional e social para a sociedade brasileira. Daí a importância dessa consolidação do campo de saber por fortalecer a defesa da importância dessa temática, tendo em vista as desigualdades sociais e regionais que continuam tão prementes como nunca. Diante das recentes transformações das “capacidades governativas de intervenção” e da reformulação das agendas de atuação do Governo, é essencial continuar a investigar, analisar, diagnosticar, debater e discutir, criticamente, as presentes e futuras condições que possam determinar possibilidades e limitações de agendas regionais no Brasil. Seriam reflexões sobre possibilidades e limitações tanto em termos estruturais em diferentes escalas e níveis de profundidade como em vista de conjunturas que possam abrir ou fechar oportunidades de perseguir um dos maiores desafios para qualquer governo: o reconhecimento de sua responsabilidade para atuar a favor da redução das desigualdades regionais e sociais deste país.

Pensamento Regional Brasileiro Contemporâneo

O fim da Segunda Grande Guerra pode ser percebido como um momento em que, no Brasil, o pensamento social esteve pautado no exercício interpretativo sobre a nação. Significa afirmar que muitos intelectuais tomaram o país como objeto a interpretá-lo em um duplo sentido: análise e transformação (ENRIQUEZ, 2010).

De certo modo, a geração de 1950 inaugurou, no âmbito das Humanidades, aquilo que significou para a literatura e as artes em geral, a Semana de Arte Moderna, o rompimento, o empenho pela descolonização intelectual, tendo em vista nossa formação estar ainda muito presa aos padrões europeus. De modo detido, sem desmerecer outras iniciativas ou autores importantes como Gilberto Freyre, o pensamento social brasileiro tem, com o fim da Segunda Guerra, não só um momento fértil, mas, talvez, o seu nascedouro pela combinação entre o rigor científico das ciências sociais e os dilemas e desafios postos pelo Brasil naquelas circunstâncias (CARVALHO, 2014).

Construir um pensamento nacional para dar conta de problemas próprios de um país que se modernizava foi o que orientou muitos intelectuais, a exemplo de Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Josué de Castro, Celso Furtado, entre outros. Nesta perspectiva de formulação conceitual sobre o país como projeto e totalidade, observou-se significativa produção de obras que se tornaram clássicas (CARVALHO, 2014).

No caso particular de Celso Furtado, o desafio para pensar o Brasil foi posto considerando uma escala regional. Para ele, o país tinha, naquele contexto, um processo desigual e concentrador no plano econômico que se aprofundava com mais geração de riquezas. O grande problema brasileiro seria a acumulação regional desigual, que ampliava a distância entre as diversas regiões em termos sociais e econômicos (FURTADO, 2013; COLOMBO, 2015). Nestes termos, atacar os problemas regionais seria o caminho para construir condições econômicas sólidas para a integração nacional. Em resumo, favorecer a economia do Nordeste era a forma mais racional para impulsionar o próprio Brasil. Tal preocupação com o todo, com o país, como campo de análise e de transformação política, caracterizou o pensamento e a postura de Celso Furtado (BARCELAR e DUARTE, 1994)

Em termos contemporâneos, como é possível pensar o regional no país? Este texto, em particular, resulta de uma tentativa de estudar esta temática, tomando como espaço de pesquisa os trabalhos desenvolvidos pelos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional no Brasil, no intuito de mapear sua produção intelectual e as orientações acadêmicas a respeito do tema. Assim, pretende-se apresentar, analítica e cronologicamente, a dinâmica da construção intelectual sobre como o Desenvolvimento Regional é definido no país em termos atuais.

Mais recentemente, pensar o regional significa tentar apreender a diversidade do pensamento e as várias formas segundo as quais o país é percebido de modo escalar. Quer dizer, identificar os processos e recortes econômicos, sociais e culturais dinamizados no vasto território. O estudo foi feito tendo como referência uma análise do banco de dados proveniente da Plataforma Sucupira, ferramenta para coletar informações, fazer análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Abordamos o quadriênio 2013/2016.

Para a definição dessa amostra, foi utilizada a técnica de amostragem estratificada. A referida técnica pertence à família de amostras probabilísticas e consiste em dividir toda a população ou o "objeto de estudo" em diferentes subgrupos ou estratos diferentes, de maneira que um indivíduo pode fazer parte apenas de um único estrato ou camada. Após as camadas serem definidas, para criar uma amostra os indivíduos são selecionados utilizando qualquer técnica de amostragem em

cada um dos estratos de forma separada. Por exemplo, se usarmos a amostra aleatória simples em cada estrato, estaremos falando de amostra aleatória estratificada, que é o nosso caso.

Por meio desse banco de dados, retiramos uma amostra de 10% do total de cada tema estudado. Com o objetivo de identificar os autores mais citados em determinados temas, usamos suas referências bibliográficas para poder concluir, tendo, a partir delas, sido digitalizados os dados, utilizando uma planilha no excel. E assim fazer o levantamento dos resultados.

Nosso banco de dados foi constituído por 854 trabalhos de conclusão - teses e dissertações. Subdividimos o “Desenvolvimento Regional” em 12 temas, que são: i) **Agronegócios e Ruralidades** - Selecionamos os trabalhos que envolvem os temas relacionados à agricultura e agropecuária, que envolvem uma relação comercial com a cadeia

Produtiva; ii) **Estado e Políticas Públicas** - Selecionamos os trabalhos que tratam de temas relacionados àqueles de competência do Estado assim como os planos e ações governamentais, legislações e relacionamento com governos estrangeiros; iii) **Economia e Finanças** - Selecionamos os trabalhos cujos temas se voltam para áreas econômicas e de estudo dos componentes micro e macroeconômicos; iv) **Meio Ambiente** - Abrange temas relacionados à conservação, preservação ambiental e práticas conservacionistas; v) **Educação** - Engloba temas relacionados à ampliação e ao aperfeiçoamento do ensino; vi) **Administração, Empresas, Indústrias e Cooperativas** - Abrange os estudos relacionados aos diversos aspectos das instituições, sua gestão no todo ou em partes; vii) **Tecnologia** - Selecionamos os trabalhos relacionados à evolução e disseminação da tecnologia nas diversas áreas; viii) **Espaço e Poder** - Engloba os temas relacionados aos conflitos e processos de ocupação ou disputas por espaços geográficos específicos. Na Tabela 4 apresenta os cursos dos programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, IES, localidade, região de abrangência e data de recomendação.

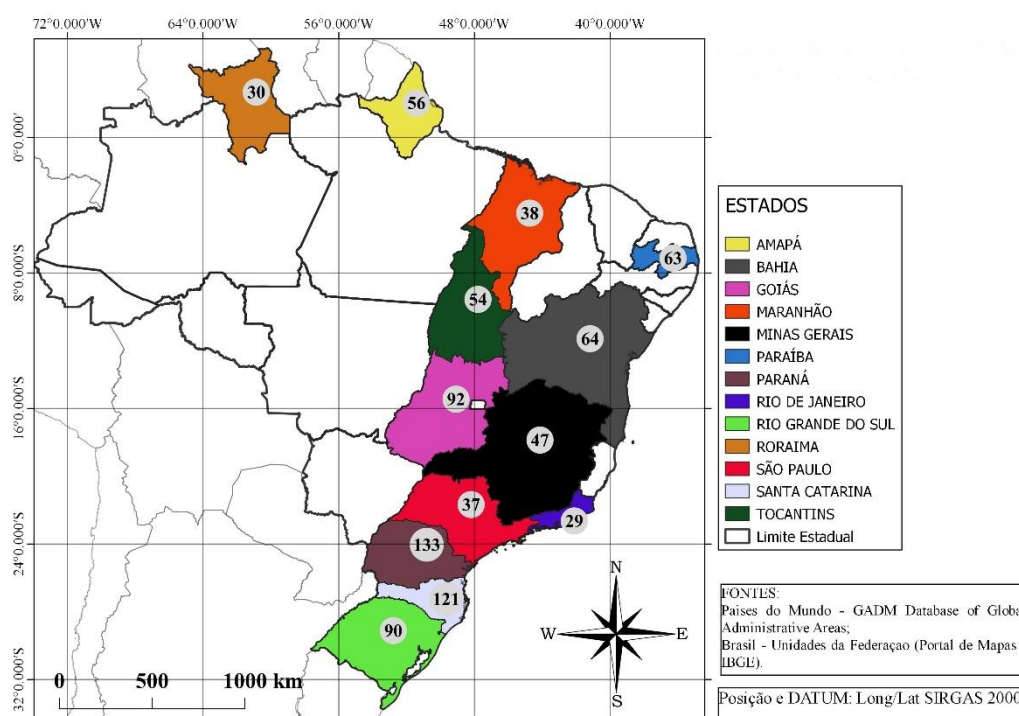
Tabela 4: Programas de Pós-Graduação com temática em Desenvolvimento Regional, Planejamento Urbano

PROGRAMA	LES	VÍNCULO	MUNICÍPIO DO MESTRADO	UF	Localização	REGIÃO	DATA DE RECOMENDAÇÃO ME/MO
Desenvolvimento e Planejamento	PUC-	Privada	Goiânia	GO	Capital	CO	2005
Desenvolvimento Regional (MP)	ALFA	Privada	Goiânia	GO	Capital	CO	2006
Desenvolvimento Regional (ME/DO)	UFT	Federal	Palmas	TO	Capital	N	2006/2015
Desenvolvimento Regional da	UFRR	Federal	Boa Vista	RR	Capital	N	2011
Desenvolvimento Regional (ME)	UNIFA	Federal	Macapá	AP	Capital	N	2006
Desenvolvimento Regional (ME)	UEPB	Estadua	Campina Grande	PB	Interior	NE	2008
Desenvolvimento Regional e Urbano	UNIFA	Privada	Salvador	BA	Capital	NE	1999/2005
Desenvolvimento Soc e Regional	UEMA	Estadua	São Luís	MA	Capital	NE	2010
Desenvolvimento Regional (MP)	INESP	Privada	Divinópolis	MG	Interior	SE	2011
Desenvolvimento Territorial e Pol.	UFRFU	Federal	Seropédica	RJ	Interior	SE	2011
Gestão e Desenvolvimento Regional	UNITA	Municip	Taubaté	SP	Interior	SE	2009
Desenvolvimento Regional (ME/DO)	UNISC	Comuni	Santa Cruz do Sul	RS	Interior	S	1995/2005
Desenvolvimento Regional (ME)	FACCA	Privada	Taquara	RS	RM Porto	S	2012
Desenvolvimento Regional (ME/DO)	FURB	Municip	Blumenau	SC	Interior	S	2004/2011
Desenvolvimento Regional (ME)	UNC	Comuni	Canoinhas	SC	Interior	S	2006
Desenvolvimento Regional e Agro.	Unioest	Estadua	Toledo	PR	Interior	S	2002/2009
Desenvolvimento Regional (ME)	UTRP	Federal	Pato Branco	PR	Interior	S	2009

Legenda: ME - Mestrado Acadêmico; MP - Mestrado Profissional - DO - Doutorado Acadêmico.

Fonte: Plataforma Sucupira (CAPES), 2018.

A Figura 1 mostra espacialmente a quantidade de dissertações e teses defendidas por Unidade da Federação, no quadriênio 2013/2016.

Figura 1: Dissertações e Teses defendidas por Estado – 2013 a 2016

Fonte: Plataforma Sucupira (CAPES), 2018

O Estado do Paraná tem o maior quantitativo de trabalhos defendidos num total de cento e trinta e três (Teses e Dissertações), seguido de Santa Catarina (121), Goiás (92), Rio Grande do Sul (90). Percebe-se a concentração na Região Sul e que pioneira nos programas de Desenvolvimento Regional.

Os dados apresentados pelos estudos feitos nas dissertações de mestrado e teses de doutorado em Programas de Pós-Graduação no País revelam que o Pensamento Regional Brasileiro tem algumas características conclusivas, a saber: i) Os Programas estão localizados em Universidades periféricas, no interior do país. Neste caso, o que peculiariza os estudos é a elevada interdisciplinaridade; ii) O tema que mais se destacou entre os trabalhos foi “espaço e poder”. Neste caso, mais do que a discussão sobre a dimensão econômica, observou-se que as questões ligadas a conflitos e preocupações com a definição social dos espaços ganharam força. De certo modo, o Desenvolvimento Regional ganhou mais visibilidade entre geógrafos e cientistas sociais do que, como antes, entre os economistas; iii) A pesquisa em nível de pós-graduação denuncia o quanto a preocupação com o local e com o territorial faz parte das discussões contemporâneas sobre o regional, destacadamente tendo a subtemática *espaço e poder* como aquela que atrai maior preocupação. Isto significa que, em todo o Brasil, como ficou demonstrado, pensar processos conflituosos que se delimitam em torno do espaço geográfico indica a principal preocupação daqueles que se destinam ao estudo do Regional no país. Em outras palavras, o Regional contemporâneo se apresenta em torno do que poderia ser chamado de uma geografia social ou da relação entre os debates sociológicos e geográficos em escalas determinadas.

Considerações finais

Este artigo teve como propósito apresentar e discutir o Desenvolvimento Regional como um possível campo de saber, lançando mão de uma reflexão teórico-conceitual fundamentada em uma revisão analítica da literatura.

Observou-se que o desenvolvimento regional não resulta apenas das disciplinas Economia e Geografia. O pensar do desenvolvimento regional dialoga com outros campos do saber como a Sociologia, a Ciência Política, a Antropologia, a História e, eventualmente, o Direito e a Arquitetura. O desenvolvimento regional não é nem uma simples hipótese nem uma consistente teoria. Não sendo nem hipótese nem teoria, sugere-se que desenvolvimento regional seja uma teoria de médio alcance. As reflexões sobre as disparidades regionais no Brasil são enormes, uma vez que a formação social

periférica é dependente como a brasileira, sendo, por conseguinte, utópico formular uma noção de desenvolvimento regional, ou como diz Celso Furtado, “o desenvolvimento é um mito”.

Partindo da concepção do desenvolvimento regional como ciência regional, resta demonstrado que o espaço não é neutro, sendo reflexo das ações humanas, fato que pode ser constatado pela organização espacial das redes de cidades, dos meios de transporte e da distribuição da população. O debate do desenvolvimento regional como novo campo do saber tem produzido ações e políticas públicas no interior e nas médias cidades brasileiras, fato demonstrado pelo aumento dos cursos de pós-graduação no interior do país, tendo em vista que mais de 50% dos cursos na área estão localizados fora das regiões metropolitanas e das capitais estaduais. Observou-se também que as questões ligadas a conflitos e preocupações com a definição social dos espaços ganharam força. De certo modo, o desenvolvimento regional ganhou mais visibilidade entre geógrafos e cientistas sociais do que, como antes, entre os economistas.

Enfim, é imprescindível consolidar esse novo “campo de saber”, que, de certa forma, está relacionado à “política e ao planejamento regional”. Esse novo olhar não deve ser relegado a um segundo ou terceiro plano, considerando projetos políticos que parecem “esquecer” a importância da causa do desenvolvimento regional e social para a sociedade brasileira.

Referências

BACELAR, Tania. DUARTE, Renato (org) **O GTDN: da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional: o Nordeste do Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. PNPB – Relatório Final (Triênio 2013 - 2016) - **Documento da área Planejamento Urbano e Regional/Demografia**. Brasília: CAPES, 2016.

_____. **Plataforma Sucupira. Classificação Qualis-Capes**. Brasília : CAPES, 2018.

CARVALHO, José Otamar de. **Desenvolvimento regional: um problema político**. 2ª Ed. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

CLAVAL, P. Comment s’organise l’espace régional? **Revue Sciences Humaines**. nº 08, p.6-8, 1995.

CLAVAL, P. Espaço e território: as bifurcações da Ciência Regional, espaço e economia. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, vol. 01, nº 01, 2012.

COLOMBO, Luciléia Aparecida. **A Sudene no sistema federativo brasileiro: a ascensão e queda de uma instituição**. Recife: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, 2015.

ENRIQUEZ, Maria Amélia. **Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FERRERA DE LIMA, J. O Desenvolvimento regional como fenômeno regional. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. **Celso Furtado: a esperança militante (Desafios): vol. 3** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 129-139. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection, vol. 3.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

FURTADO, Celso. **Essencial de Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje**. Trad. Emir Sader. São Paulo: Viramundo, 2003.

LACOUR, C.; GACHET, F. Métropolisation, centre et centralité. *Revue D'Économie Régionale et Urbaine (RERU)*, nº 01, p.49-72, 2002.

LOPES, A.S. **Desenvolvimento Regional: problemática, teoria e modelos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2. ed. 1984, p. 2-35.

MARQUES DE OLIVEIRA, N. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. *Informe GEPEC*, vol. 25, nº01, p. 203-219, 2021.

MATTEDI, Marcos A.; THEIS, Ivo M. Cruzando fronteiras: conhecimento e interdisciplinaridade na pesquisa em desenvolvimento regional. *REDES*, 7 (2), p. 77-94, 2002.

MERTON, R. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. Trad. M. Mailet. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

PERROUX, F. **L'économie du XX^{ème} siècle**. Paris : PUF, 1962.

PROULX, M-U. (sous la direction). **Le phénomène régional au Québec**. Québec: PUQ, 1996.

RENCK, Arlene. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

RPPR – REVISTA DE POLÍTICA E PLANEJAMENTO REGIONAL. **Números (2014 – 2018)**. Rio de Janeiro: IPPUR, 2018.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 17 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2013.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.